

A ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA NO ESTADO PLURINACIONAL BOLIVARIANO: REFLEXÕES NA CONTEMPORANIEDADE

Larissa Dulce Moreira Antunes

Resumo:

O presente artigo tem como intuito contribuir com uma perspectiva marxista sobre o processo de acumulação primitiva que se deu em território boliviano para assim, de maneira elementar discutir suas conseqüências na contemporaneidade. O artigo propõe uma releitura do conceito de “Acumulação originária” sob o prisma do pensamento de Karl Marx (1818-1883) a partir da realidade do país latino americano. A conclusão do trabalho está em demonstrar quais são as projeções desse processo, percebendo a influência exercida sobre os povos originários bolivianos e, como resposta o movimento de resistência guiado pelos princípios do “Buén Vivir”.

Palavras – chave: Acumulação Primitiva, Bolívia, Buén Vivir, Karl Marx, Indígenas.

Abstract:

This article aims to contribute with a Marxist perspective on the process of primitive accumulation that took place in Bolivian territory so that, in an elementary way, it could discuss its consequences in contemporary times. The article proposes a reinterpretation of the concept of “Original accumulation” from the perspective of Karl Marx's (1818-1883) thinking based on the reality of the Latin American country. The conclusion of the work is to demonstrate what the projections of this process are, realizing the influence exerted on the original Bolivian peoples and, in response, the resistance movement guided by the principles of “Buén Vivir”.

Keywords: Original accumulation, Bolivia, Buén Vivir, Karl Marx, Indigenous.

1 INTRODUÇÃO

A questão da originária foi arcabouço teórico para vários pensadores (historiadores, filósofos, sociólogos e economistas), dentre eles podemos destacar: Karl Marx, Ellen Wood, Adam Smith, David Harvey, Maurice Dobb, Lígia Silvia entre outros. Segundo o filósofo alemão na sua principal obra, *O Capital*, o autor define acumulação primitiva como: “o processo histórico de separação entre produtor e o meio de produção” (MARX, 2013), ou seja, a origem do capitalismo.

Para Karl Marx neste processo as grandes massas são despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e lançados no mercado de trabalho. Ou seja, trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho para sobreviver já que a neste momento histórico, os mesmos não possuem os meios de produção e não se integram a ele.

A acumulação originária passa pela expropriação da terra que até então era utilizada pela população rural camponesa. Os camponeses foram expulsos das terras impulsionados por

vários fatores. No caso Inglês, referido no *Capital*, os motivos foram serem pelo florescimento da manufatura flamenga de lã e o aumento do preço desta mercadoria, a partir do desenvolvimento industrial, principalmente no setor de vestimentas.

A justiça teve papel fundamental em nessa expropriação, uma vez que as classes dominantes contam com ela a fim de transformar interesses particulares em interesses universais e assim serem garantidos pela lei. Na Inglaterra transformaram lavouras comunais em grandes pastagens a partir de cercamentos, certidão de terras tornando as terras comunais em terras privadas.

Os métodos para acumulação primitiva na sua totalidade deram-se a partir de alguns fatores 1) Roubo de terras da Igreja, 2) Alienação fraudulenta dos domínios estatais, 3) Furto da propriedade comunal e por fim, 4) Transformações usurpatórias.

Todas essas medidas, principalmente as desfavoráveis em relação à população camponesa, não foram aceitas de forma pacífica, mas sempre foi para contê-los foram usadas distintas formas de coerção. O pensador, David Harvey (2013) discute no seu livro intitulado: *“Para entender o Capital. Vol I.”*, que as formas de expropriação dos camponeses de suas terras ocorreram violentamente a partir de toda uma classe de pessoas ao controle do meio de produção sendo realizadas e aparadas por ações ilegais e “legais”, do ponto de vista do direito da época. A justiça assim como o estado sempre posicionaram-se a favor dos mais ricos.

O Estado, para Harvey (2013), cede e se submete a uma classe economicamente superior pois: 1) Existe uma dependência Estatal em relação ao poder do dinheiro e torna-se vulnerável a ele; 2) O poder do dinheiro pode ser criado e mobilizado de um modo que a legislação estatal tenha dificuldades de detê-lo.

O processo de acumulação originária transformou o mundo de comunidade em mundo do dinheiro. E a população rural que viu violentamente expropriada, viu-se obrigada a se submeter por meio de leis grotescas e terroristas, e por força dos açoites, ferros em brasa e torturas e uma disciplina necessária para o trabalho assalariado. (HARVEY, 2013)

Assim, este processo que resultou na afirmação do capitalismo foi por muito tempo considerado algo natural, um curso quase automático que transformaria todas as sociedades em capitalistas, pois, quase sem exceção os relatos sobre a origem do capitalismo são circulares e pressupõe a existência prévia do capitalismo. A autora marxista Ellen Wood (1999) confronta essa ideia de naturalização do capitalismo nas sociedades.

Na obra da autora marxista Ellen Wood,

“As origens agrárias do capitalismo (1998)” a autora discute sobre os “mitos” do surgimento do capitalismo e sua origem, concluindo a partir de análises aprofundadas que esse surgimento se deu no campo. Isso pois, o capitalismo depende fundamentalmente de uma mercadoria capaz de produzir mais valor do que aquilo que tem. E essa mercadoria é a força de trabalho que estava concentrada no campo.

Quando o camponês é expropriado de suas terras ele perde a sua casa, os meios de sobrevivência e certa proteção dada pelo suserano ele precisa aventurar-se no mundo urbano da indústria e das relações capitalistas a fim de vender sua força de trabalho em troca do salário.

2. Acumulação Originária: Um histórico da América Espanhola.

Após anos de exploração desde a primeira invasão dos europeus ao novo mundo, por volta do começo do século XVI, foi instaurado um sistema político e econômico baseado na exploração e no colonialismo. A vinda dos europeus à América foi responsável pelo decréscimo da população ameríndia graças ao choque cultural, ao trabalho escravo imposto pelos espanhóis, e as doenças trazidas por eles, além dos inúmeros casos estupro e maus tratos.

Na América Espanhola as colônias eram estruturadas com o propósito de dar sustentação, principalmente econômica, a metrópole. A economia da colônia era organizada para enviar remessas de matéria-prima e outros produtos valiosos e lucrativos para a matriz. América espanhola colonial, segundo Murdo Macleod (1999), “começou como uma sociedade de conquista e a primeira prioridade dos invasores foram extrair dos conquistados riquezas ou capital (pág. 219)”. Segundo o autor a exploração das colônias foi realizada mediante a apreensão direta de excedentes previamente acumulados de metais ou pedras preciosas tudo na forma de saques ou pilhagens.

“Juntamente as populações densas e organizadas, elas próprias uma forma de capital acumulado, as primeiras gerações de espanhóis e as subseqüentes encontraram metais preciosos no México e no Peru, que por isso sofreram um processo de colonização mais firme, vindo tornar-se os núcleos centrais do império hispano-americano. As regiões de climas temperados e solos férteis, como os pampas do Río de la Plata e a inadequadamente denominada de Costa Rica, não foram colonizadas com muita firmeza, dado que careciam de populações aborígenes e de metais ou pedras preciosas” (MACLEOD: 1999. Pág.221.)

Ao invadirem a América Espanhola, os europeus necessitavam assim de mão de obra. Desde a chegada e depois se estendendo por longos anos a mão de obra foi preenchida com o trabalho escravo indígena. Muitos povos e etnias de outras regiões eram enviados a outras localidades a fim de sanar a falta de mão de obra. A escravidão foi o primeiro sistema de trabalho nessas terras. Este sistema foi bastante proveitoso para os europeus, pois precisavam dos povos tradicionais para obter informações geográficas sobre o espaço, as riquezas e imersão da região colonizada, entre outros.

Com o passar dos anos o sistema escravocrata tornou-se inviável. A Coroa Espanhola se opôs a escravidão indígena por questões de ordem econômica. Em algumas regiões essa determinação foi recebida sem nenhum alarme, mas em locais onde continuava importante a agriculturas sedentárias tais quais o Peru e o México, os espanhóis que dependiam da mão de obra dos indígenas se rebelaram contra a remoção arbitrária de trabalhadores.

Após a decisão da coroa de proibir a escravidão indígena iniciou-se um sistema diferente. Sistema na qual os reis dividiam as terras e os povos conquistados entre os indivíduos merecedores de recompensa. Segundo o historiador Macleod: “Colombo trouxe para as ilhas este sistema de repartimentos ou distribuição de mão de obra, embora aqui a rápida extinção das populações indígenas tenha impedido qualquer grande elaboração. (Pág. 222)”.

Esse tipo de sistema, os *repartimientos* (repartições) foram estabelecidos em várias áreas e em Porto Rico, mais tarde na Jamaica e em Cuba. No México e no Peru esses *repartimientos* receberam o nome de *encomiendas* (encomendas) tornando uma forma de dividir, nas palavras do próprio autor, de um modo amigável a oferta de mão de obra com os primeiros colonizadores mais poderosos e prestigiosos, com a exclusão daqueles que não tinham poder ou posição para fazer outra coisa que não se queixar.

O sistema de *repartimientos* resultou em ganhos para duas classes específicas: o governo espanhol local e a classe crioula urbana. Esses recrutamentos eram responsáveis pela realização de vários trabalhos como a limpeza das ruas, a construção e a limpeza dos aquedutos e dos canais de irrigação, os consertos de estradas, a construção e manutenção de edifícios públicos como igrejas, cabildos e cadeias, e os programas de embelezamento da cidade.

No começo do século XVI, em “*As sociedades Indígenas sob o domínio espanhol (1999)*”, o historiador Charles Gibson: descreve que com a chegada dos espanhóis, encontraram muitos sistemas de trabalho semi-servil. Uma dessas instituições que herdaram foi a Yaoconaje do império Inca. No sistema Inca, os Yanaconas haviam constituído às vezes uma

classe especial de servos, muito mais presos às terras e as famílias do que às aldeias ou grupos de indivíduos.

Os Yanaconas não eram escravos, visto que do ponto de vista legal não podiam ser vendidos individualmente. Entretanto eles e suas famílias podiam ser vendidos junto com a terra a qual pertenciam, várias características daqueles que trabalhavam na agricultura eram semelhantes à condição de servos.

Dessa maneira os donos das propriedades rurais obtinham uma força de trabalho sem o pagamento de soldos e com a permissão do uso de terras marginais que nem sempre necessitavam. Os índios e outras pessoas que não possuíam terra arrendavam parcelas de onde tiravam a subsistência sem necessariamente investir capital, e às vezes obtinham o suporte e mesmo a proteção física do senhor da terra e de seus *mayordomos* (mordomos) contra os intrusos: funcionários reais, e das aldeias, recrutadores de mão-de-obra e bandidos.

A extração de riqueza e a tributação foram as duas maneiras que garantiram a exploração sobre a América. Durante quase todo o período colonial e na verdade em algumas partes da América espanhola até o final do século XIX a principal taxa cobrada das classes inferiores foi o tributo, cobrado de quase todos os indígenas em sinal da sua condição de súdito.

A tributação espanhola tinha também como objetivo introduzir a economia americana no mercado europeu. Com o intuito de assim fazer, os funcionários e os *encomenderos* espanhóis passaram a exigir que parte do tributo fosse pago em dinheiro obrigando os índios a vender seus produtos ou alugar seu trabalho em troca de moeda.

Foram três sistemas de taxação impostos a população de baixa renda: tributos, *encomienda* e derrama. Na derrama, os indígenas das aldeias e mulheres, eram forçados a trabalhar com a manuseamento das matérias-primas. As mulheres submetidas a essa indústria de terceirização eram normalmente sub-remuneradas ou mesmo não remuneradas subsidiando desse modo o preço do produto ao comprador final e os custos da manufatura para o negociante em questão.

A conquista da América espanhola foi intensa e destruidora, mas segundo Macleod seu principal efeito para a história mais ampla é que ela colocou os índios sob a jurisdição espanhola e tornou-os submetidos à lei espanhola e a todo o espectro de controles e influências espanholas legais e ilegais. Foram muitas as áreas devastadas e os povos dizimados. (MACLEOD: 1999)

Em algumas regiões (norte do México Flórida, Chile central) os indígenas resistiram a conquista durante longos períodos, adiando assim a imposição do domínio espanhol. Em

alguns locais (Parte Sul do Chile e regiões afastadas e marginais em toda a parte) os habitantes nativos jamais foram conquistados permaneceram isolados durante todo o período colonial espanhol. Rebeliões indígenas (Peru na década de 1530 e no século XVIII, Novo México no final do século XVII, e muitas outras) ocasionalmente impediram os controles espanhóis depois que foram impostos fazendo que algumas sociedades indígenas retornassem, sempre temporariamente a uma condição independente e hostil.

Além de ser uma instituição importante de controle e tributação, a *encomiendas* ou o *repartimientos* foi umas das mais importantes instituições seculares que comandaram as relações entre indígenas e espanhóis. Em termos gerais essa instituição tinha como objetivo a atribuição de grupos de indígenas a colonos espanhóis escolhidos aos quais os primeiros deveriam pagar tributos e fornecer trabalho. A responsabilidade do *encomendero* compreendia o bem-estar cristão de seus índios, e isso significou a necessidade de engajar um clérigo residente ou itinerante que pudesse provê-lo. A *encomienda* como um substituto para a escravidão, como um meio termo oficial entre e extrema escravidão praticada pelos primeiros colonos e o sistema de trabalho livre, teoricamente aprovado pela coroa (Pág. 225).

Nas diversas partes da América a *encomienda* foi aplicada de distintas formas. Em relação à etnia dos *aruaques*, aos *caráibas* e aos outros índios das ilhas e da costa continental do norte da Venezuela até a Flórida a *encomienda* inicial foi uma instituição para encobrir a continuação das incursões armadas, captura, remoção e práticas de escravidão dos primeiros anos. A *encomienda* no México e na América Central foi diferente do primeiro protótipo insular porque a unidade atribuída foi a comunidade indígena estabelecida e a *encomienda* passou a depender dos recursos e das estruturas sociais da comunidade.

No Peru a *encomienda* seguiu o modelo institucional da Nova Espanha, mas seu estabelecimento definitivo foi postergado pelo prolongamento da conquista e pela guerra civil. Onde o povoamento era esparso, onde as pessoas eram parciais ou totalmente migratórias, a *encomienda* foi inadequada ou adequada apenas com um expediente para os escravos.

Na região do Paraguai foi um dos locais onde a *encomienda* alcançou a sua forma mais estável os índios prestaram serviços aos encomenderos nos mais diversos setores trabalhadores. Nesta região se desenvolveu uma sociedade mestiça com laços de parentesco derivados da sociedade indígena.

Mas o tipo clássico, aquele que se desenvolveu nas regiões do império *asteca* e *inca* e em suas adjacências no México ocidental, América Central, Venezuela, Colômbia, Equador e a norte do Chile, foi à instituição exploradora em grande escala, que envolveu uma sociedade

indígena então fragmentada em comunidades independentes, cada uma das quais dominadas por um encomendero espanhol e seu grupo.

Com isso as exigências de tributo e trabalho foram progressivamente limitadas. O legado da *encomienda* por herança de uma geração a outra foi regulamentado ou proibido. A autoridade judicial real promulgou uma lei imperial eficiente. Assim no final do século XVI, o longo processo de declínio da *encomienda* estava bem adiantado. Em Yucatán, no Paraguai e em outras regiões ela persistiu sem mudanças significativas, mas em toda parte foi pouco a pouco desaparecendo ou se converteu num sistema de concessões de tesouro a pessoas que ainda eram chamadas de encomenderos, mas não exerciam qualquer controle sobre a vida dos índios.

Com o passar dos anos o controle e a dominação espanhola desintegrou as estruturas políticas maiores presentes na América nativa, fato observado nos impérios incas e astecas e em grupos menores como os *Chibchas*, *Tarascanos*, *Araucanos* do norte e outras organizações políticas. A maior organização que sobreviveu a esse processo de divisão foi a Vila, conhecida como “pueblo”, “vila principal” ou “cabecera.”. “Os espanhóis tinham como intuito fazer uma aliança entre o rei e o governante indígena local, em que cada um fosse considerado um senhor natural, em oposição as ilegítimas e ora rejeitadas burocracias imperiais dos suseranos astecas, incas e outros” (GIBSON; 1999. Pág. 277).

Assim como o autor retrata essa mudança do governo pré-colonial para o colonial implicou uma “decapitação” da estrutura nativa, pois em lugar dos conselhos, dos seus funcionários, auxiliares, a organização colonial inseriu vice-reis espanhóis e o aparato imperial que integrava o corregedor e o tenente.

Os chefes dessas vilas (No México conhecidos como Tlatoani e no Peru Curaca, mas em outras regiões possuíam diversos outros nomes) herdaram esses postos através das leis de sucessão indígena. Apesar da norma para o lugar de liderança depender da sucessão genealógica, ao que se tem conhecimento é que muito desses cargos foram usurpados.

“Os líderes índios locais nas vilas, serviam de instrumentos de promoção das instituições espanholas da Igreja, da *encomienda* e do corregimiento. Para implementar essas instituições coloniais o clero, os *encomenderos* e os corregedores dependiam dos governantes índios locais. No caso de não cooperação ou de resistência explícita o clero os *encomenderos* e os *corregidores* tinham o direito de usar a força ou em casos extremos de banir ou matar os governantes locais e instalar sucessores mais cooperativos. Essas práticas certamente contribuíram para usurpações e para os caciquismos ilegítimos...” (GIBSON :1984 Pág.278).

No século XVI, o novo governo nativo, por intermédio do cabildo, passou a ser o principal mediador entre o Estado espanhol e a população indígena. Em alguns lugares, um novo funcionário índio geralmente chamado *governador* ou *acalde major* era escolhido pelos vizinhos ou pelo conselho da vila a intervalos de um ou dois ou mais anos, ou em alguns casos era indicado pela autoridade vice-real para períodos mais longos. Esse novo funcionário indígena presidia o cabildo e se igualava ao cacique as vezes até o superava em poder e influências locais. O fato de terem os caciques sido superados cada vez mais pelos conselhos de vila na luta pelo controle político significou um declínio no princípio do *cacicazgo* hereditário na vida indígena.

As religiões nativas presentes em território americano estavam longe de ser homogêneas, mas compartilham características semelhantes como sendo politeístas e animistas, possuindo como elementos a adoração de corpos celestiais e fenômenos naturais, a apropriação das divindades, o xamanismo e um cerimonial participativo. Algumas tornaram-se famosas entre os espanhóis por incluírem elementos semelhantes aos do Cristianismo, especialmente o batismo, confissão, casamento e o símbolo da cruz.

A religião foi muito importante na colonização pois tinha como intenção de modo forçoso a aproximar a população nativa da cultura europeia. A coroa acreditava que aproximando as duas religiões ou impondo o catolicismo a sociedade indígena seria mais fácil o processo “civilizatório”. A primeira tarefa dos missionários foi eliminar os indícios explícitos de paganismo e remover ou reduzir o poder dos sacerdotes nativos, e em sua maior parte essas medidas foram tomadas com sucesso durante a primeira geração. Depois disso os missionários enfatizaram fortemente os dogmas essenciais, e os aspectos mais visíveis da religião cristã.

3. Estudo de caso da Bolívia algumas reflexões marxistas.

Para situarmos o leitor na nossa empreitada foi desenvolvido um breve contexto histórico da “América Espanhola”. Até sua independência em 1825 a Bolívia era uma região que foi incorporada ao império Inca. Após a colonização do território, Francisco Pizarro anexou a região ao vice-reinado do Rio Prata ou Rio de La plata.

Para Marx, a origem do modo de produção do capitalismo não está atrelada a uma ingênua e pueril racionalização da divisão do trabalho social, mas sim, está relacionada a um processo violento de expropriação da produção familiar, artesanal, camponesa, corporativa etc., que espacou o produtor direto dos seus meios de produção e constituiu enormes massas de

indigentes e desocupados, na verdade uma volumosa reserva de força de trabalho livre e disponível para ser adquirida, e o proletariado; por outro lado, a exploração das colônias ultramarinas através de saques, especulação comercial, tráfico de escravos e monopólios mercantis fomentaram grandes chances de enriquecimento para uma parcela da burguesia.

No caso boliviano o que fomentou todo esse processo foi a exploração das colônias ultramarinas a partir dos saques e pilhagens. O processo de colonização na Bolívia foi baseado na exploração. Com a chegada dos invasores foi implantando na região conhecida também como América Hispânica, várias unidades administrativas conhecidas como “Vice-Reinos” e as “Capitanias Gerais.” Essas unidades administrativas eram de muita importância econômica e as Capitanias remetiam as subdivisões dos “Vice-Reinos” e eram implantadas na maioria das vezes em regiões onde não havia pacificação entre os povos (nativos e colonizadores) e em regiões onde eram estratégicas para ações militares.

No primeiro momento da colonização não foi preciso, como muitas vezes ocorre, o aparato judiciário da legalidade para saquear e empilhar. Com uso da força, foram apreendidos excedentes previamente acumulados (metais ou pedras preciosas) pelos povos nativos. Com o passar dos anos a coroa Espanhola foi se instalando e trazendo novos imigrantes europeus para a colônia.

Posteriormente aos primeiros anos de colonização houve uma mudança estrutural na sociedade, pois foram inseridas novas classes sociais: os chapetones (espanhóis que administravam as colônias), os mestiços (de brancos e índios que podiam ocupar cargos públicos), os indígenas (que foram escravizados pelos europeus na extração de metais das minas) e por último os africanos (que foram trazidos como mão de obra escrava para trabalharem principalmente em regiões que se cultivava cana-de-açúcar).

A maneira com que foram expurgados dos meios de produção (terra, ferramentas, formas) é caracterizada pela violência. O período de colonização trouxe doenças, mortes, e escravização para um trabalho forçado. Os povos originários, donos da terra, e de uma mentalidade própria foram obrigados a se mudarem conforme a necessidade do sistema.

A partir da consolidação espanhola em território americano, os indígenas passaram a responder pela conformidade da jurisdição espanhola, cujo alicerce concentrava no enriquecimento, catequização e soberania em relação aos povos originários. Com a inserção dos povos indígenas a essa jurisdição foi imposto a cobrança de impostos tributários. Os

indígenas não estavam inseridos na lógica capitalista de acumulação e lucro e riquezas, então o que lhe restaram foi a servidão em troca do pagamento.

Foram várias as formas de taxação sobre os indígenas entre elas podemos destacar: A mita, a encomenda e o repartimento. A primeira diz respeito a um sistema de trabalho por turnos, os espanhóis recrutavam os nativos para trabalhar nas minas de prata. Esse tipo de trabalho resultou na morte de milhares de indígenas que não estavam preparados nem acostumados a essa jornada escravista. (MACLEOD: 1999)

A encomenda diz respeito a uma “troca” nem um pouco justa entre colono e indígena. Os conquistadores ganharam várias extensões de terras e a população indígena que ali anteriormente habitava foi obrigada a trabalhar e ter suas terras usurpadas pelos espanhóis, em troca de um falso bem-estar proporcionado pelos estrangeiros.

E por fim o repartimento que configura numa forma de venda de objetos sem valor e sentido para os povos tradicionais, mas, que deveriam ser adquiridos e pagos uma determinada quantia aos invasores.

A independência se deu no ano de 1825, porém não trouxe uma melhoria na qualidade da população nativa e muito menos da população negra trazida para o espaço boliviano. Foi um processo de independência da colônia, mas, com algumas objeções. A administração da coisa pública passou da Coroa Espanhola para os “criollos”, filhos de europeus com grandes propriedades que passaram a defender os próprios interesses, da burguesia local.

A acumulação bolivariana rendeu para a Espanha muitas riquezas. A partir do trabalho dos indígenas e africanos unidos a legislatura vigente promoveu o enriquecimento da colônia por muitos anos. A Bolívia não se assemelha ao caso inglês, pois não eram trabalhadores livres que vendem sua força de trabalho e sim povos originários camponeses que foram obrigados a virarem massa trabalhadora escrava.

A subjugação dos povos originários começa desde a colonização e tem reflexos nos dias atuais. A partir de uma falsa ideia de desenvolvimento são obrigados a operarem em uma lógica desconhecida e que só degrada a si mesmo e a natureza. A expropriação da terra desses grupos como base do processo é o começo de toda uma teia de deteriorização.

O processo de expropriação da terra se deu nesse caso por alguns motivos econômicos: plantação de manufaturas, transformação das terras comunais em terras privadas a partir de cercamentos e conseqüentemente a destruição da biodiversidade para dar lugar ao desmatamento e pastagens.

As análises marxiana da acumulação do capital nos mostra cabível a situação da Bolívia. Pois segundo Marx (1987) a população rural depois de ter sua terra violentamente expropriada sendo dela expulsa e entregue a vagabundagem foi obrigada a submeter por meio das leis grotescas e terroristas a uma disciplina necessária ao trabalho assalariado.

Com o processo de industrialização da Inglaterra ficou evidente que era interessante a independência das colônias em relação ao império Espanhol, pois “a expulsão rural fornece a indústria o proletariado, os meios de subsistência e seu material de trabalho e cria o mercado interno”(MARX 1997) fatores fundamentais para o desenvolvimento capitalista.

4. Estado Plurinacional da Bolívia e algumas considerações sobre a contemporaneidade.

“Sabe V.Exa que governei durante vinte anos e que desses tempos poucos foram os resultados certos que obtive: 1º a América é ingovernável por nós. 2º Fazer uma revolução é atirar no mar, 3º a única coisa que se pode fazer na América é emigrar, 4º este país irá cair infalivelmente nas mãos da multidão, 5º devorados por todos os crimes e consumidos pela ferocidade, os europeus não se dignarão conquistar-nos, 6º se fosse possível a uma parte do mundo voltar ao caos primitivo este seria o último período da América. (BOLÍVAR 1830/ Última carta em vida)

Essa carta foi escrita por Simón Bolívar (1783-1830), militar que liderou junto a outros o processo de libertação da metrópole em relação a colônia (o nome do país faz referência ao venezuelano), no seu último ano de vida. Esta ideia de que a América seria um caos primitivo é uma ideia recorrente. O autor desta carta é Simón Bolívar um general que se dedicou a vida a “libertação” da América afim de criar um país “Gran-Colombia” para viver sob domínio de suas ordens e daqueles que foram filhos de europeus nascido na Venezuela, Colombia ou Bolívia.

Pelo teor da carta é possível perceber que no fim da sua vida Bolívar estava descrente com esse povo, rogando-lhes até uma praga. A frustração se deu, pois, mesmo dizendo-se favorável a um governo americano para a América ele queria fazer-lhe isto a partir da ótica européia. Os povos da América Latina e a África por muito tempo foram subjugadas tratados como primitivos e irracionais. Mesmo que tardiamente ou não, libertados da colônia, esses continentes passaram por um processo de dominação dessas potências que perdura até os tempos atuais.

A dominação contemporânea nesses territórios é praticada pela colonialidade. Para Quijano a colonialidade é uma forma de dominação para além da relação direta entre metrópole e colônia, é um padrão de controle, hierarquização e classificação da população mundial que afeta todas as dimensões da existência social, e que tem no conceito de raça seu eixo estruturante. A colonialidade não se esgota no colonialismo, forma de dominação político-econômica e jurídico-administrativa das metrópoles européias sobre suas colônias, expressa, mais que isto, um conjunto de relações de poder mais profundo e duradouro que, mesmo com o fim do colonialismo, se mantém arraigado nos esquemas culturais e de pensamento dominantes, legitimando e naturalizando as posições assimétricas em que formas de trabalho, populações, subjetividades, conhecimentos e territórios, são localizadas no mundo contemporâneo sobre esses três alicerces de dominação: colonialidade do poder, do saber e do ser.

Durante muito tempo a Bolívia passou por esse processo de subjulgamento de sua própria população, história e cultura. Mesmo possuindo a maior parte da população composta por índios (quéchuas, aymaras, guaranis entre outros) estes ficavam a margem dos processos políticos, econômicos e sociais. Os governantes que assumiram até o ano de 2005, eram presidentes de origem européia, que governava o país a partir de uma perspectiva de privatizações, extração de riquezas para abastecer o mercado exterior e presença de empresas internacionais que por conta da racionalidade capitalista estavam matando a biodiversidade andina, poluindo os rios e expulsando sua população para outros campos visto que as terras que viviam estavam morrendo por conta desta política.

A partir de fortes mobilizações e participação popular e insatisfação dos movimentos sociais em relação à velha política no ano de 2006 se elege na Bolívia o primeiro presidente indígena Evo Morales e o vice Alberto Linera pelo partido MAS (Movimento ao Socialismo.)

Junto ao novo governo foi promulgada uma nova constituição. Não só na Bolívia, mas no Equador e na Venezuela foram propostos um novo constitucionalismo. Segundo Boaventura (2010) a Constituição Boliviana de 2007 representa mais um passo na direção de assegurar e ampliar a democracia e a soberania popular e comprovar que embora a Bolívia tenha sido um país marcado pela exploração no período ditatorial a força do povo sobressaiu ao Estado.

A Constituição tem o intuito refundar o Estado a partir de uma visão crítica da constituição anterior (SANTOS 2003). Esse movimento de refundação se tornou necessário, pois a Bolívia é um país Plural com mais de 36 povos indígenas, contando com a coexistência



de cosmovisões culturais e formas de satisfazer as necessidades sociais diversas umas das outras.

Sem discutir o teor da sua aplicabilidade, é notório que a normatividade que rege a Constituição Bolivariana (2006) se aproxima da teoria e obra de Vandana Shiva intitulada como “Monoculturas da Mente” publicada no ano de 2003.

Shiva(2003) faz uma crítica aos grandes organismos internacionais e corporações que interferem na definição de políticas mundiais e amparadas pelo conhecimento científico que visam como escopo final o lucro. A procura pelo lucro é responsável por desconsiderar várias comunidades tradicionais que vivem na dependência e manutenção da biodiversidade.

Segundo a ativista e filósofa indiana as escolhas do meio rural são pensadas na perspectiva mercadológica e não na população rural local. Ancorados na ideia da sivilcultura, a biodiversidade rural reduz todas as espécies a somente uma, para a produção de madeira, e utilizando a natureza não como meio de vida para sobrevivência e manutenção dos seres humanos, e sim, como extensão da produção de mercado.

A monocultura da mente destrói os sistemas de saber local, todo conhecimento passado por varias gerações aos quéchuas, guaranis, aymaras entre outros, e, concomitantemente destrói as próprias condições concretas de vida local pois é dominante e excludente.

A monocultura da mente e um saber unilateral que começa, para a autora na mente, para posteriormente chegar ao solo. Para que seja efetivado esse processo é preciso que um grupo dominante legitime essa idéia como superior e crie maneiras para que ela se estenda por muito tempo. A Bolívia mesmo com 55% da população declarando-se indígena, por muitos anos foi governada por políticos de origem européia, de posições políticas conservadoras e guiadas pelas conduzindo as decisões do país a partir de uma perspectiva neoliberalis.

5. O Buén Vivir como forma de resistência dos povos tradicionais.

Uma das formas de resistência da população indígena camponesa que trataremos aqui será o “Buén Vivir”. O “Buén Vivir” é antagônico ao individualismo, lucro, racionalidade, custo-benefício, instrumentalização e objetivação da natureza, além da mercantilização das relações humanas (SÁNCHEZ, 2010). O “Buén Vivir” é um princípio constitucional dos estados Plurinacionais (Bolívia, Equador e Venezuela) e representa uma alternativa do modo de vida pautado numa construção mais solidaria.

O “Buén Vivir apresenta-se como um “projeto autônomo em relação ao mercado e ao Estado” (BRAVO, 2014), que envolvem uma espécie de socialismo comunitarista ou socialismo andino. São expressões econômicas concretas, que para Bravo (2014) , lamentam o rompimento dos sistemas de troca tradicionais deflagrado pelas relações comerciais “modernas” e denunciam que a economia de mercado substituiu comunidades repletas de seres humanos dignos com a “criação de pobres” em seu lugar. O “Buén vivir” não compactua com a ideia de desenvolvimento proposto pelo capitalismo europeu.

Conforme Alberto Acosta (2001), o “Vivir Bien/Buen Vivir” é um conceito em construção: uma ideia surgida a partir do mundo andino e também amazônico que recolhe contribuições de outros locais do mundo. Uma de suas bases histórico-culturais está no mundo indígena e em princípios defendidos por correntes ocidentais subordinadas historicamente.

É um conceito-chave recuperado para responder problemas com raízes antigas, tais como o fim da pobreza e a conquista da igualdade, ao mesmo tempo em que se busca enfrentar novos problemas relacionados à perda da biodiversidade ambiental e à mudança climática global.

Não se trata de um retorno puro e simples às ideias de um passado longínquo, mas busca-se um diálogo com as tradições culturais indígenas, criando e recriando novas conceitualizações adaptadas às circunstâncias atuais. No diálogo também intervém tradições ocidentais que questionam diferentes pressupostos da modernidade dominante, dentre elas posturas éticas alternativas que reconhecem os direitos da natureza, as contribuições do feminismo como reação à dominação patriarcal e as novas conceitualizações em áreas como a da justiça e do bem-estar humanos.

Uma das razões da “cristalização” das ideias do buen vivir/vivir bien, nas novas Constituições da Bolívia e do Equador, deve-se à relevância outorgada por estas aos saberes indígenas. Os responsáveis por esta valorização podem ser encontrados na atuação das organizações dos povos indígenas, no incentivo dado pela academia, no aumento do respeito e interesse – a partir de vários espaços político-partidários – nas culturas ancestrais e novas vinculações estabelecidas com os movimentos sociais. Em muitos casos as organizações indígenas tiveram um papel-chave, seja nas ruas ou nas urnas, para essas mudanças de governo (QUIJANO 2001).

O “Buén Vivir” OU “Vive Bem” pode ser considerado como um processo de recampezinação (PLOEG 2008). Segundo Vander Ploeg (2008), a agricultura mundial pode ser marcada por três procedimentos, que assinalam sua trajetória afetando a maneira de produção,

são elas: industrialização, a recampesinização e a desativação. O processo estudado até aqui, da acumulação primitiva e a ampliação do capitalismo agrário, fomentou no processo de mercantilização da agricultura, promovido pela industrialização, e resulta no monopólio do mercado produtor e consumidor. Para o economista holandês, todo esse movimento aliado a globalização e liberalização, instituiu um Império dos mercados agrícolas comandados pelo agronegócio multinacional e pelas grandes empresas transnacionais. O processo de industrialização, na visão do autor, é conduzido pelo império e fomentado pela agricultura capitalista, com o objetivo de desconectar a produção do consumo, o que torna o produtor dependente do mercado e o marginaliza.

A lógica produtivista, distinta do “Buén Vivir” fundamentada no lucro, ignora as particularidades do ecossistema local, do tempo e dos ciclos naturais de produção, desconectando a produção também de um sistema produtivo sustentável, homogeneizando os produtos e a produção. O objetivo final deste modelo não é alimentar a população, mas sim o próprio império, pois cada vez mais é um setor voltado para a produção de combustíveis e menos para a produção de alimentos seguros.

Ploeg (2008) nos dá indícios de uma nova possibilidade dos movimentos atuais na agricultura mundial. E mais especificamente: a atuação dos impérios alimentares que, como diz o autor, agem para “conquistar e controlar cada vez mais partes da produção e consumo de alimentos em escala global”.

Os movimentos de resistência, em especial o “Buén Vivir” tem como objetivo resistir aos impérios alimentares (PLOEG 2008) e que promovem um reordenamento rural, traduzido nos “novos campesinatos” que se consolidam pelo mundo todo como, são impulsionadas pelo processo de marginalização que a industrialização ocasiona. Segundo Ploeg (2008), essa luta pela autonomia e supervivência, em um contexto de privatizações e dependência, é a atualização camponesa, que ocorre de múltiplas formar e se traduz no movimento de Recampenisinização.

Segundo a perspectiva do pensador holandês essa transformação na agricultura camponesa remete as “lutas abertas”, e mais com as alterações no modo camponês de produzir, baseado na inovação e focado em manter sua autonomia. A reconstrução camponesa seria resultado, sim, da resistência, mas também da limitação biológica, humana e social das práticas agrícolas voltadas para lucro e o ganho econômico, que resultaram em unidades produtivas insustentáveis. Conforme afirma Ploeg (2008), o império e o modo de produção capitalista

geram suas próprias fissuras e mazelas, “becos sem saída da mercantilização da terra e do trabalho”.

6. Considerações Finais.

Ao tratarmos do caso Bolivariano devemos levar em conta que antes do processo de acumulação primitiva a maioria (quase em sua totalidade) da população era composta por indígenas. É importante salientar que tanto a população indígena quanto a população camponesa apresentam uma racionalidade distinta do sistema dominante: O Capitalismo.

Enquanto o capitalismo é regido pelas bases da acumulação, mais-valia, lucro e trabalho estranhado, o campesinato é conduzido por relações de trocas, mútuas com a finalidade da subsistência e não da acumulação. A mudança dessa lógica padrão e conseqüentemente a inserção dos povos indígenas nos moldes de produção, troca, circulação e consumo significa subjugar, eliminar e deteriorar as formas de vida no campo.

O processo de expropriação desses povos indígenas não ocorreu de forma pacífica, sendo marcados por movimentos de resistência árdua. A expropriação, espoliação de riquezas naturais, conflitos de posse de terra e expulsão forçada com escravização dos indígenas significou anos de violência, mortes e deterioração das florestas que são a morada dos povos tradicionais.

O quadro de resistência perdura até os dias atuais, com a eleição de um representante indígena no cenário político(2005) e implementação da carta Plurinacional(2006) foi possível repensar formas de ocupação e mudança de perspectiva em relação a terra, as trocas e a manutenção da vida indígena.

Para (Plueg 2008) esse panorama representa uma recampesinação, onde há um aumento do número da população no campo, que antes via-se obrigada a proletarizar-se nos centros urbanos. A recampezação propõe ir contra os moldes da agricultura mundial que muitas vezes, através impérios alimentares, determinaram a racionalidade camponesa o modo de plantar e de comercializar, atualmente podem propor uma troca baseada em circuitos curtos e descentralizados. Ou seja, o Buén Vivir neste processo de recampezação opera não buscando mais o lucro dos acionistas e essa desconexão com a natureza, mas sim, de uma aproximação entre homens e natureza, a partir de movimentos que lutam pela autonomia num processo hegemônico uma agricultura que dialoga com a população local e serve para alimentar pessoas e não o capitalismo.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, Alberto (2010); “El Buen Vivir en el camino del post-desarrollo - Una lectura desde la Constitución de Montecristi”, Policy Paper N° 9, Fundación Friedrich Ebert.

_____. (2011); “Los Derechos de la Naturaleza – Una lectura sobre el derecho a la existencia”, vários autores (Alberto Acosta y Esperanza Martínez – editores); La Naturaleza con Derechos – De la filosofía a la política, Abya-Yala, série debate constituyente, Quito.

_____. (2011b); “Extractivismo y neoextractivismo: Dos caras de la misma maldición”, vários autores, Más allá del desarrollo, Fundación Rosa Luxemburg, Quito, 2011.

BETHELL, Leslie. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA VOL. II - América Latina Colonial .org., trad. Maria Clara Cescato.

_____. In: Gibson, Charles *As sociedades Indígenas sob o domínio espanhol*. HISTÓRIA DA AMÉRICA LATINA VOL. II. -América Latina Colonialorg., trad. Maria Clara Cescato.

BOLIVAR, Simon. Escritos Políticos. Lisboa: Editorial Estampa Santos, 1977.

CHASIN, José. Marx Estatuto Ontológico e Resolução Metodológica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2009.

_____. Marx - A Determinação Ontonegativa da Politicidade, Verinotio - Revista de Filosofia e Ciências Humanas, n° 15 (http://verinotio.org/Verinotio_revistas/n15/ontonegativa_politicidade.pdf).

HARVEY, David. O segredo da acumulação primitiva. In: _____. Para entender o capital. São Paulo, SP: Boitempo, 2013, p. 277-299.

HOBBSAWM, Eric. A era das revoluções, 1789-1848. 36 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Leitura: Capítulo 08 – A terra (p. 235-263).

KAY, Cristóbal. Estudios rurales en América Latina: en el periodo de globalización neoliberal: ¿una nueva ruralidade? In: Revista Mexicana de Sociologia 71, n. 04 out-dez., 2009, p. 607-645.

MAUSS, Marcel. “Ensaio sobre a Dádiva”. In: MAUSS, Marcel. Sociologia e Antropologia. São Paulo: Cosac & Naify, 2003.

MOURA, Margarida Maria. Os deserdados da terra: a lógica costumeira e judicial dos processos de expulsão e invasão da terra camponesa no sertão de Minas Gerais. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

SANCHEZ, L.E. Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos. São Paulo: Oficina de textos, 2013.



SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. [tradução Dinah de Abreu Azevedo]. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVA, Ligia Osório. As leis agrárias e o latifúndio improdutivo. São Paulo em Perspectiva, v. II, n. 2, p. 115-125, abr./jun. 1997.

LUKÁCS, Gyorgy. Prolegômenos: Para uma ontologia do ser social. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. Para uma ontologia do ser social I. São Paulo; Boitempo Editorial, 2010 a.

_____. O jovem Marx e outros escritos de filosofia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2007.

MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. In: _____. *O capital: crítica da economia política*. 11. ed. São Paulo: Bertrand Brasil-Difel, 1987. L. I. v. 1.

_____. Posfácio da 2. ed. In: *O capital: crítica da economia política*. 8. ed. Tradução: Reginaldo Santana. São Paulo: Difel, 1982.

_____. Sobre a questão judaica. São Paulo: Boitempo Editorial, 2010.

_____. Manuscritos Econômico-filosóficos. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

_____. 18 de Brumário de Luís Bonaparte. São Paulo: Boitempo Editorial, 2011.

_____. Simón Bolívar. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEILLASSOUX, Claude. (1995). Antropologia da escravidão. O ventre de ferro e dinheiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.

MORENO, M. M. A colonização e povoamento do baixo e médio Jequitinhonha no século XIX: A “guerra justa” contra os índios. Belo Horizonte: Canoa das letras, 2001.

PLOEG, J. D. V. D. Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008, p. 17-71.

SHIVA, Vandana. Monoculturas da mente: perspectivas da biodiversidade e da biotecnologia. [tradução Dinah de Abreu Azevedo]. São Paulo: Gaia, 2003.

SILIPRANDI, Emma. Os significados da sustentabilidade para as mulheres. In: _____. Mulheres e agroecologia: transformando o campo, as florestas e as pessoas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2015. 352p. Disponível em: http://www.mda.gov.br/sitemda/sites/sitemda/files/ceazinepdf/MULHERES_E_AGROECOLOGIA_TRANSFORMANDO_O_CAMPO_AS_FLORESTAS_E_AS_PESSOAS_0.pdf.

QUIJANO, Aníbal. Nationalism and capitalism in Perú: a study in neo imperialism. *Monthly Review*, v. 23, n. 3, jul./ago. 1971.



QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: Colonialidade do Saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Edgardo Lander (org). ColecciónSurSur, CLACSO, Ciudad autónoma de Buenos Aires, Argentina. 2005.

Larissa Dulce Moreira Antunes

Bacharelado e Licenciatura em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais
Especialização na área de Ensino de Sociologia pela UFSJ Universidade Federal de São João Del Rei
Mestranda em Estudos Rurais pela Universidade Federal do Vale do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM).
Professora de Sociologia da Rede Pública Estadual de Minas Gerai
larissa_dma@hotmail.com

Recebido em 15/03/2020
Aprovado em 01/12/2020